



PROJETO DE LEI Nº 380/2005. -

APROVADO(A) POR UNANIMIDADE
(x) primeira discussão, em 19/09/05
() segunda discussão, em
() terceira discussão, em
() discussão única, em

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a criação de programa de incentivo à participação da comunidade no processo de seleção do lixo reciclável.

Art. 1.º O Chefe do Poder Executivo Municipal instituirá programa de incentivo à participação da comunidade no processo de seleção do lixo reciclável.

Art. 2.º A cada volume de 50 litros de lixo reciclável apresentado ao serviço de coleta seletiva do lixo, o munícipe fará jus a um cupom, que possibilitará a participação em sorteios de prêmios realizados pela Administração Municipal, definidos no regulamento.

Art. 3.º Para o acondicionamento do lixo reciclável, a Municipalidade oferecerá aos participantes do programa, sem qualquer custo, embalagens plásticas padronizadas.

Art. 4.º Os locais e horários para a coleta seletiva do lixo reciclável serão definidos na regulamentação.

Art. 5.º O lixo reciclável recolhido será destinado à Usina de Triagem e Reciclagem do Município, onde será submetido a uma segunda separação e classificação e posteriormente comercializado, na forma do regulamento.

Art. 6.º A coordenação do programa será exercida pela Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura, com a participação da Secretaria de Assistência Social e Cidadania e do PROVOPAR.

Art. 7.º Para a consecução das finalidades desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a elaborar e distribuir materiais informativos à população, bem como veicular campanha específica nos órgãos de imprensa locais.

Art. 8.º Para fazer face às despesas iniciais decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial da ordem de R\$ 100.000,00 (cem

ADIADA A DISCUSSÃO

por (x) sessão(ões)

em _____/_____/____

.....
Presidente



mil reais), utilizando para a sua cobertura um dos recursos definidos no artigo 43, § 1.º, da Lei n. 4.320/64.

Art. 9.º O Chefe do Poder Executivo fará consignar no Orçamento Municipal do exercício vindouro os recursos necessários à manutenção do programa de que trata esta Lei, os quais serão suportados pelo incremento da arrecadação.

Art. 10. O Chefe do Executivo Municipal fica autorizado a celebrar os convênios que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Art. 11. O Chefe do Executivo Municipal regulamentará a presente Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 11 de março de 2005.


Prof.ª Edlth Dias de Carvalho
VEREADORA-AUTORA



SUBSTITUTIVO

AO PROJETO DE LEI N. 9380/2005

APROVADO(A) POR UNANIMIDADE
☐ primeira discussão, em
☒ segunda discussão, em
☐ terceira discussão, em
☐ discussão única, em

Ass. Alves Zottner
Presidente

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a criação de programa de incentivo à participação da comunidade no processo de coleta seletiva do lixo reciclável.

Art. 1.º O Chefe do Poder Executivo Municipal instituirá programa de incentivo à participação da comunidade no processo de coleta seletiva do lixo reciclável.

Art. 2.º A cada volume de 50kg (cinquenta quilogramas) de lixo reciclável apresentado ao serviço de coleta seletiva do lixo, o munícipe fará jus a um cupom, que possibilitará a participação em sorteios de prêmios realizados pela Administração Municipal, definidos no regulamento.

Art. 3.º Para o acondicionamento do lixo reciclável, a Municipalidade oferecerá aos participantes do programa, sem qualquer custo, embalagens plásticas padronizadas.

Art. 4.º Os locais e horários para a coleta seletiva do lixo reciclável serão definidos na regulamentação.

Art. 5.º O lixo reciclável recolhido será destinado às cooperativas ou associações de trabalhadores com material reciclável organizadas em Maringá, onde será submetido a uma segunda separação e classificação e, posteriormente, comercializado pela COOPERCENTRAL – Cooperativa Central do Complexo Cooperativo de Transformação e Comercialização de Materiais Recicláveis, ou diretamente, pelos trabalhadores das cooperativas ou associações aos quais o material for destinado.

Art. 6.º A coordenação do programa será exercida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura, com a participação da Secretaria



Municipal de Assistência Social e Cidadania, bem como do Conselho Gestor do Complexo Cooperativo do Lixo.

Art. 7.º Para a consecução das finalidades desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a elaborar e distribuir materiais informativos à população, bem como veicular campanha específica nos órgãos de imprensa locais.

Art. 8.º Para fazer face às despesas iniciais decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial da ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), utilizando para a sua cobertura um dos recursos definidos no artigo 43, § 1.º, da Lei n. 4.320/64.

Art. 9.º O Chefe do Poder Executivo fará consignar no Orçamento Municipal do exercício vindouro os recursos necessários à manutenção do programa de que trata esta Lei, os quais serão suportados pelo incremento da arrecadação.

Art. 10. O Chefe do Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, ouvido o Conselho Gestor do Complexo Cooperativo do Lixo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 05 de maio de 2005.

Prof.ª Edith Dias de Carvalho
VEREADORA-AUTORA

Marly Martin Silva
VEREADORA-AUTORA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Redação Final do Projeto de Lei n. 9.380/2005.

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, encaminho ao Prefeito Municipal o seguinte:

PROJETO DE LEI N.

Autora: Vereadora Edith Dias de Carvalho.

Dispõe sobre a criação de programa de incentivo à participação da comunidade no processo de coleta seletiva do lixo reciclável.

Art. 1.º O Chefe do Poder Executivo Municipal instituirá programa de incentivo à participação da comunidade no processo de coleta seletiva do lixo reciclável.

Art. 2.º A cada volume de 50kg (cinquenta quilogramas) de lixo reciclável apresentado ao serviço de coleta seletiva do lixo, o munícipe fará jus a um cupom, que possibilitará a participação em sorteios de prêmios realizados pela Administração Municipal, definidos no regulamento.

Art. 3.º Para o acondicionamento do lixo reciclável, a Municipalidade oferecerá aos participantes do programa, sem qualquer custo, embalagens plásticas padronizadas.

Art. 4.º Os locais e horários para a coleta seletiva do lixo reciclável serão definidos na regulamentação.

Art. 5.º O lixo reciclável recolhido será destinado às cooperativas ou associações de trabalhadores com material reciclável organizadas em Maringá, onde será submetido a uma segunda separação e classificação e, posteriormente, comercializado pela COOPERCENTRAL – Cooperativa Central do Complexo Cooperativo de Transformação e Comercialização de Materiais Recicláveis, ou diretamente, pelos trabalhadores das cooperativas ou associações aos quais o material for destinado.

APROVADO(A) POR UNANIMIDADE

() primeira discussão, em _____
() segunda discussão, em _____
() terceira discussão, em _____
() discussão única, em _____

Presidente



Art. 6.º A coordenação do programa será exercida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura, com a participação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, bem como do Conselho Gestor do Complexo Cooperativo do Lixo.

Art. 7.º Para a consecução das finalidades desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a elaborar e distribuir materiais informativos à população, bem como veicular campanha específica nos órgãos de imprensa locais.

Art. 8.º Para fazer face às despesas iniciais decorrentes da execução desta Lei, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial da ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), utilizando para a sua cobertura um dos recursos definidos no artigo 43, § 1.º, da Lei n. 4.320/64.

Art. 9.º O Chefe do Poder Executivo fará consignar no Orçamento Municipal do exercício vindouro os recursos necessários à manutenção do programa de que trata esta Lei, os quais serão suportados pelo incremento da arrecadação.

Art. 10. O Chefe do Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, ouvido o Conselho Gestor do Complexo Cooperativo do Lixo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 13 de maio de 2005.


Vereador Altamir Antônio dos Santos
RELATOR

De acordo com o Relator:


Vereador Dorival Dias
PRESIDENTE


Vereador Válder Viana
VICE-PRESIDENTE

Vereador Mário Hossokawa